



Malan pede a governadores eleitos que definam logo secretários

Para Malan, “ajuste” deverá ser realizado

Porto Alegre — O presidente do Banco Central, Pedro Malan, disse ontem que o ajuste dos bancos estaduais terá de ser necessariamente feito. Segundo ele, caberá a cada governador eleito a decisão de priorizar a capitalização de seu banco e sistema financeiro estadual, ou a questão social. Malan advertiu os novos governadores: “Se houver, posteriormente, dificuldades nesses bancos estaduais, não esperem socorro do Banco Central”.

A rolagem das dívidas dos estados, normalmente absorvidas pelos seus bancos estaduais, deve merecer novas negociações com o Banco Central. Por isso, Pedro Malan fez um apelo ontem aos governadores eleitos para que definam imediatamente os seus respectivos secretários da Fazenda e dirigentes de instituições financeiras estaduais, a fim de que sejam retomadas as negociações com o BC, antes mesmo da posse oficial em janeiro.

Convite — Sem responder se recebeu convite do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso para cargos no novo governo, Pedro Malan foi extremamente cauteloso sobre seu futuro, durante entrevista coletiva dada no almoço com os comerciantes da Federasul, em Porto Alegre. A decisão de reduzir o compulsório para os depósitos a prazo, anunciada quinta-feira, foi definida por Malan como seqüência da “flexibilização” da ação do BC

desde o início do Plano Real em julho. Segundo ele, já incluiu outras medidas, “sempre de natureza temporal”, de aperto ou afrouxamento do controle da moeda ou consumo.

Malan negou que essa última medida tenha sido para evitar quebra-quebra de bancos pequenos, contestando rumores do mercado. Exemplificou que a receita que deixou de ser recolhida ao Banco Central “é pequena, na faixa dos R\$ 280 milhões, do total normalmente arrecadado de R\$ 13 bilhões”.

O presidente do BC disse que, através da estabilização da moeda e da economia, “o Sistema Financeiro Estadual e Federal, público e privado, terá uma estrutura diferente”. Ele afirmou que os bancos precisam se adaptar, substituindo a receita originária da inflação, que chegava a até 33% da receita e foi perdida de forma abrupta com a estabilização da economia.

Na rolagem das dívidas mobiliárias dos estados, Malan observou que “não há solução mágica”, necessitando um esforço cooperativo da União, Banco Central, governadores e sistemas financeiros estaduais. Malan se posicionou contra a chamada federalização da dívida dos estados. Para ele, isso só transfere para a União as dívidas dos estados. Malan foi cauteloso na questão da privatização do Banco Meridional, mas lembrou que a medida está prevista na própria lei que criou o banco. (AJB)